



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

referenciada no modelo agroecológico. A reflexão deste trabalho incidirá na forma como foi implementado esse projeto, os resultados alcançados e os desdobramentos para novas intervenções.

Os antecedentes da proposta

A organização dos movimentos e lutas sociais no campo, no Brasil, confunde-se com a história de ocupação do espaço agrário e a da consolidação das relações capitalistas no campo, sempre marcadas pela concentração e monopólio das terras e da riqueza. As lutas e a resistência expressas através da organização de diversos sujeitos, voltam-se à luta pelo acesso à terra e contra o latifúndio e tiveram início com os índios e negros mas se expressam de forma contundente através dos movimentos camponeses tendo como seus maiores representantes as Revoltadas de Canudos, e Contestado, no século final do século XIX e início do século XX. As Ligas Camponesas, em meados do século XX, podem ser consideradas uma das maiores expressões de luta e resistência camponesa e é através desse movimento que a bandeira da reforma agrária se torna a maior reivindicação e ganha espaço nas agendas governamentais abortada pelo regime de exceção que se implementa no Brasil, em 1964.

A história contemporânea revive esses momentos de luta, principalmente a partir dos anos 80, período marcado por um amplo processo de redemocratização da sociedade brasileira. O ressurgimento da luta pela terra que levou a constituição de uma diversidade de movimentos tendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST como o mais expoente, pode ser considerado uma recriação da luta e contestação à forma de organização do espaço agrário em nosso país, sustentada na concentração da terra e na expropriação de grande maioria da massa de trabalhadores. O surgimento da luta pela terra reacendeu a contestação contra o latifúndio e o atraso que esse representa e repôs a centralidade da reforma agrária nas reivindicações dos trabalhadores rurais e na agenda política do Estado.

Nos anos mais recentes a luta pela reforma agrária ganhou novos contornos e diferentes reivindicações passam a fazer parte de sua agenda. A educação vem se apresentando como uma das principais bandeiras que levou a reformulação do projeto

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

educacional para o campo o qual se fundava em uma ação pedagógica disciplinadora concebida a partir da necessidade de superação do atraso representado na cultura do campo que conforme Andrade e Di Pietro (2004, pg. 5).

Esse amplo debate acerca da educação do campo desencadeado e incorporado por vários movimentos e organizações, tendo o MST como o principal articulador, iniciou pela necessidade de garantir escola às crianças acampadas e assentadas a partir dos anos 80. Posteriormente esse debate ganha força e se amplia na medida em que surge a demanda de investir na educação de jovens e adultos e na formação técnica e profissionalizante de ensino médio.

A ampliação dos projetos educacionais para os trabalhadores do campo incorporando a formação superior foi possível pela existência de uma política pública que é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esse programa, criado em 1998, e instituído pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010, é responsável pelo financiamento dos projetos de criação de turmas especiais de assentados, através de convênio com as universidades.

Esse Programa é uma resposta, ainda que insuficiente, aos movimentos sociais do campo, que lutam por uma educação em outros moldes. Um modelo de educação que contribua para o desenvolvimento político, econômico e sociocultural dos povos do campo e que possa contribuir com a formação desses sujeitos enquanto produtores de conhecimento e de cultura. (ANDRADE, DI PIETRO, 2004).

Formação profissional em Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária- um breve relato da experiência

As experiências de formação superior para assentados da reforma agrária têm início na década de 90, momento em que várias universidades organizam projetos orientados que passam a ser apoiados pelo Pronera. As primeiras experiências voltavam-se

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

a formação de professores para atender as demandas das escolas dos assentamentos rurais, mas o êxito dessas experiências abriu um canal de diálogo entre as universidades e os quadros dirigentes dos movimentos sociais ampliando, com isso, a oferta de vagas e cursos para os beneficiários da política de reforma agrária em vários cursos e instituições de ensino.

O debate acerca da proposta de formação de uma turma de Serviço Social teve início a partir de 2006 contou com a participação de um grande grupo de professores e estudantes o que possibilitou a definição dos princípios que orientariam esse projeto e do formato do currículo. A aprovação do projeto em várias instâncias da universidade e no INCRA ocorreu em finais de 2010 e o início do curso ficou definido para março de 2011.

As discussões acerca do currículo apontaram para a necessidade de preservar a projeto pedagógico da Escola garantindo uma formação nos mesmos moldes das demais turmas e resguardando o princípio básico dessa Escola que é possibilitar uma formação crítica e de qualidade a todos os estudantes.

A alteração mais significativa deu-se na forma de organização das atividades acadêmicas que deveriam se pautar na proposta metodológica denominada de “Pedagogia da Alternância”, ou regime de alternância. Esta proposta fora amplamente discutida pelos movimentos sociais, através de seus quadros que militavam na área da educação e foi incorporada ao Pronera, tendo, portanto, que ser referência de todos os cursos implementados a partir de então. Essa proposta metodológica organiza-se em dois tempos educativos: Tempo Escola e Tempo Comunidade e sua origem vem das experiências das Escolas Familiares Agrícolas na França, no início do século XX e incorporadas por algumas Escolas no Brasil a partir de 1960. Essa metodologia favorece o acesso e a permanência dos jovens e adultos do campo nos processos escolares, antes dificultada por sua característica seriada e estanque, sem articulação com a realidade e os modos de vida rural. (CORDEIRO, REIS, HAGE, 2006).

A adoção dessa proposta metodológica foi largamente debatida pela equipe de trabalho da Escola de Serviço Social e houve consenso que a inserção dos estudantes na universidade, embora em tempos diferentes não deveria comprometer a qualidade do curso e os estudantes dessa turma deveriam ter a mesma formação que os demais estudantes da

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Escola de Serviço Social. O Tempo Escola deveria ocorrer em, no mínimo dois meses a cada semestre, tempo necessário para o cumprimento da carga horária das disciplinas e para a participação em atividades de pesquisa e de extensão.

Os 60 trabalhadores que passam a constituir essa turma de Serviço Social são provenientes de 19 estados do Brasil e estão inseridos em assentamentos da reforma agrária em diversos municípios.

A experiência de extensão universitária

Tendo em conta a invisibilidade da questão agrária nesse estado, e mais ainda na região da Baixada Fluminense onde se situa o assentamento o que encobre as profundas contradições presentes na realidade das famílias trabalhadoras que buscam seu sustento com a produção na agricultura, se define que a universidade através da extensão universitária teria um papel importante a cumprir.

Iniciou-se com a seleção de cinco estudantes da turma de Assentados da Reforma Agrária e a definição da equipe que faria parte do projeto. Passaram a constituir essa equipe, dois docentes, um profissional assistente social, cinco estudantes da turma acima anunciado e dois estudantes da turma regular de Serviço Social da UFRJ.

O primeiro passo foi estabelecer contato com as instituições públicas e privadas do município onde seria realizado o projeto e que poderiam contribuir com a proposta em algumas fases do projeto. Buscou-se, também, estabelecer contato e parceria com representantes dos movimentos sociais da região, principalmente o MST e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), através de seus representantes que atuavam nesse município. Essa articulação foi fundamental, pois o ingresso da equipe e o processo de mobilização das famílias residentes no assentamento foi assessorado por esses sujeitos o que tornou mais fácil o início das atividades.

Como segundo passo, fez-se o contato com as famílias residentes no assentamento. Nesta fase o objetivo foi conhecer os trabalhadores que participariam do projeto, identificar as demandas destas famílias e avaliar o seu potencial produtivo. Neste primeiro levantamento identificou-se a capacidade produtiva destas famílias que se voltava

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

a produção de alimentos. O debate centrou-se na necessidade de produção de produtos agroecológicos e a assessoria dos estudantes foi fundamental para aprofundar essa discussão. O grande desafio apresentado pelas famílias foi o domínio das técnicas para a produção nesses moldes e o grande gargalo apresentado foi a comercialização destes produtos. Várias dificuldades se antepunham e podem-se citar os mais importantes: o pouco acesso desses produtores aos consumidores urbanos, a concorrência com os grandes supermercados, apesar de não oferecer produtos livres de agrotóxicos e de transgenia, monopoliza os mercados dos municípios dessa região, principalmente do Rio de Janeiro. O desconhecimento da população urbana acerca dos malefícios destes produtos o dificulta a inserção de produtos saudáveis, muitas vezes com um preço um pouco mais elevado em função dos custos de produção serem mais elevados.

Neste momento, identificou-se também, algumas demandas referentes ao acesso às políticas sociais, principalmente na área da previdência, moradia e saúde. Considerando que essa é uma área privilegiada do Serviço Social, esses dados tornaram-se referência no momento de elaboração do planejamento das atividades.

Após essa fase de diagnóstico, a equipe, juntamente com os representantes dos movimentos sociais e com a participação da comunidade elabora a proposta de intervenção que deveria ocorrer de março a mês de dezembro de 2015.

Para facilitar o diálogo com as famílias que participariam do projeto, iniciaram-se as atividades no assentamento realizando reuniões e oficinas onde se expos as proposta de intervenção. Debateu-se acerca dos pontos identificados como demandas das famílias e optou-se por inicia com a discussão acerca dos direitos previdenciários dos trabalhadores do campo. Essas atividades foram fundamentais, pois além de ampliar os conhecimentos acerca desses direitos, possibilitou o estreitamento da relação com os trabalhadores, e com os representantes dos movimentos sociais.

No que se refere a demanda pelo apoio a assessoria na gestão da produção local dos assentamentos, identificou-se que os agricultores estavam cada vez mais intensificando o uso de sementes comercializadas no mercado, compostas por sementes híbridas e transgênicas, em substituição as “sementes vivas” e crioulas. Esse é um fator importante para entender o crescimento da cadeia de consumo de pacotes de sementes, e a redução da

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

autonomia e soberania dos pequenos agricultores no cultivo de seus produtos, pois estas sementes industrializadas necessitam de outros produtos inorgânicos para efetividade de sua germinação e produção.

Para diminuir essa dependência ao mercado no que se refere às sementes iniciou-se a distribuição sementes crioulas, sendo estas coletadas das próprias famílias do assentamento ou de outras comunidades que já desenvolviam essa atividade. Isso abriu possibilidade de um banco de sementes da região, com o objetivo de desenvolver um espaço de armazenagem para que um determinado grupo de camponeses se organizasse para troca e manutenção das espécies locais, evitando a perda de variedades e a dependência de sementes disponíveis no mercado da agroindústria.

Esta atividade exige um constante acompanhamento para que não haja perda de qualidade ou até mesmo do tempo máximo para germinação das sementes, o que promove um maior laço de cooperação entre os camponeses, que se organizam para reposição das sementes, catalogação, controle de ambiente e outras atividades relacionadas a manutenção do banco de sementes.

Todo este processo possibilitou a construção de uma identidade coletiva do grupo, que a partir dos laços de cooperação possibilitaram uma circulação das diferentes espécies e variedades de sementes, e assim promoveram o debate sobre a autonomia dos pequenos produtores em relação aos meios de produção e até mesmo sobre a soberania alimentar, fomentada por discussões entre os camponeses, movimentos sociais e a universidade, que instigavam a importância da preservação da biodiversidade e da agroecologia.

O segundo desafio apresentado no que se refere à produção e que está relacionado a distribuição dos alimentos produzidos definiu-se em concordância com todos os participantes do projeto que se deveria investir na comercialização direta aos consumidores urbanos. A participação em feiras locais ou o fornecimento de alimentos para o poder público através dos programas governamentais, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que se destina a distribuir alimentos das comunidades rurais para as escolas públicas dos municípios deveriam cumprir alguns requisitos que inviabilizavam nesse primeiro momento. Então iniciou-se a construção da Barraca Camponesa de

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Diante desta demanda, avaliou-se que a cesta seria formada por itens de livre escolha, com valor mínimo por pedido em R\$40,00. A experiência foi bem aceita pelos consumidores urbanos e, por isso aumentou consideravelmente a demanda por esses produtos. A primeira venda totalizou um total de R\$881,00 correspondendo a 108 itens no total para 15 consumidores. A última cesta do ano de 2015 chegou a um valor de R\$ 3.124,00, incluindo em torno 363 produtos que foram adquiridos por um número bastante elevado de consumidores. Para além do quantitativo financeiro arrecadado nessa atividade que totaliza em torno de R\$ 14.213,00 neste ano, valor distribuído entre as famílias produtoras, o que se desprende disso é a importância de garantir esse espaço de diálogo entre os trabalhadores da cidade e do campo que se dá prioritariamente através dos alimentos.

O espaço da universidade funcionou como um laboratório para avaliar a receptividade da população para com esta modalidade de comercialização de alimentos, que permite uma maior e mais direta relação com os trabalhadores do campo, promovendo uma relação de confiabilidade em relação à origem e destino da produção, sem intermédio de grandes supermercados e atravessadores que regidos pelo lucro não colocam como prioridade a qualidade dos alimentos.

2. Considerações finais

A avaliação feita pela equipe do projeto juntamente com as famílias do assentamento e os representantes dos movimentos sociais concluiu-se que os objetivos que haviam sido definidos foram alcançados. Entretanto, a continuidade do projeto já está prevista para o ano de 2016, pois novas demandas foram surgindo no decorrer de sua implementação. Deve-se iniciar uma nova etapa e pretende-se investir da forma mais sistemática na produção agroecológica. O projeto contará com a colaboração de outras instituições de ensino e com profissionais da área das ciências agrárias o que possibilitará o equacionamento de alguns desafios na área técnica. A atividade da Cesta Camponesa deverá se expandir para outros espaços para além da universidade. Serão criados núcleos de distribuição, geridos pelos trabalhadores urbanos que foram estabelecendo interlocução

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br>.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



adop

UFMG



Apoio

GO GERDAU



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

